

A EPOCHA.

PERIODICO POLITICO E LITTERARIO.

MONARCHIA, ORDEM E LIBERDADE.

A EPOCHA não tem por ora dia certo para a sua publicação, e subscreve-se na Typ. de J. A. G. de Magalhães a 2,5500 réis por trimestre (13 números) pagos adiantados. Na mesma Typ. vende-se a 200 réis cada folha avulsa, e se recebem as correspondências, que deverão ser dirigidas aos redactores da EPOCHA.

As correspondências serão publicadas gratuitamente mas devem ser bem escriptas, e sem insultos pessoais. Não se discutirá a vida privada de ninguém.

A EPOCHA.

Temos chegado a um estado de cousas em que não nos é mais possível deixarmos de tomar uma posição decisiva. Estavamos resolvidos a cooperar com o que estivesse da nossa parte para que em nossa Província se puzesse um termo à essas dissensões e odios, que lhe tem sido tão fataes, e por amor dos quaes os partidos tem até aqui arrastado a Província a um combate sem fructo, ou antes sobre maneira prejudicial aos publicos interesses, visto como ella até oje nada lucrou com essas lutas estereis, em que só talvez se tem achado empenhada uma especie de pundonor partidario, que somente se ha encaminhado não a salvar-nos desse estado miseravel de decadencia e atraso em que desde muito laboramos, e que se vae tornando cada dia mais sensivel, mas a guerrear, por todos os modos, a influencia, as posições do adversario. He certo que o partido em cujas fileiras temos sempre militado nunca n'essas lutas perdeu de vista o engradecimento e prosperidade da Província, mas é tambem certo que seus melhores desejos não podião offerecer o menor resultado em pró d'essa nobre causa; porque constantemente combatidos por uma facção frenetica e agitadora, que só tem por fim avassallar a Província ao dominio exclusivo de alguns individuos sem fé nem prestigio, quer por illustração, quer por virtudes, meros especuladores, que só almejaõ tra-

zer-nos divididos para seus fins, encontramos sempre mui grandes obstaculos à realisação do bem que desejavamos.

Que devemos pois fazer, se queremos que haja alguma cousa de positivo na nossa politica? Se temos em vista, que os esforços generosos e patrioticos dos nossos numerosos amigos, com quem sempre athé hoje temos corrido a mesma sorte, não continuem a ficar frustrados para o bem geral? He nossa opinião, que com a direcção que até hoje se ha dado aos nossos negocios provinciaes nada se ha feito, que valha a pena de tantos sacrificios e dedicação, nada que possa fazer considerar como utilmente empregados os esforços de tantos annos de luta, quasi sem proveito para o Paiz, não porque o não quizessemos, mas porque eramos para isso constantemente obstados.

Convem pois sair d'esse estado especial, precario, fluctuante, e mesmo diremos, alguma cousa desorganizador. Até aqui parece que a nossa politica estava como que circumscripção aos meros interesses de uma localidade, talvez mesmo isto não tivesse deixado de contribuir em grande parte para esse estado de cousas. Cumpre-nos portanto forcejar por lhe darmos hoje uma base mais larga, termos tambem em vista a politica geral do paiz, concorrer tambem com o nosso contingente na arena do jornalismo para apoiar e sustentar aquellas doutrinas que nos parecerem mais uteis e conducentes à felicidade da Nação, emfim, identificar-mo-nos com essa politica, prestando

tambem nossos serviços e apoio ao Governo que for bem intencionado, e quizer com sinceridade governar e não dominar pela proscriptão.

Somos homens da ordem, e remos tambem a liberdade perfeita aliança desses dois elementos governativos é que parece sustir a felicidade do paiz. A ordem não deve de ser sacrificada à liberdade, nem a liberdade à ordem. A esta, como condição essencial de todo Governo cumpre sempre na frente, e a liberdade d'aquella, é em sua constituição, como o nosso, e ella não fosse considerada seu primeiro e mais vital interesse, por certo não existiria Governo, mas a anarchia, porque a anarchia é esse estado violento de um paiz em que a liberdade degenera em licença, porque a liberdade é o tentado subordinada à ordem. Abri o nosso Codigo Politico, esse monumento eterno de sincera afeição do immortal fundador do Imperio para com os Brasileiros, essa arca d'aliança do Povo com seu Rey, e vereis que não ha Constituição Politica mais liberal que a nossa, mas tambem vereis em cada página della a liberdade subordinada à ordem. Os poderes politicos divididos e extremados, girando cada um na esphera de attribuições proprias e exclusivas, assignada a cada um delles uma orbita da qual não lhe he dado sahir, e assim por consequente coartada sua liberdade para que uns não sejam suplantados pelos outros, e eis ali a ordem sempre superior, sempre intervindo, como elemento mais importante e orga-

nisador. Ainda mais: que significa esse Poder tão elevado, tão prestigioso, e tão sagrado, que a Constituição depositou exclusivamente nas mãos do Imperante? Não ha duvida que é elle o emblema da ordem, que é o seo maior e mais importante elemento, porque, como a Constituição se exprime, nelle está a chave de toda a nossa organização politica. Suprimi esse Poder, e tereis a anarchia em lugar do governo, o paiz todo em uma lucta perpetua, a braços com elementos desorganizadores, em vez de marchar para o seo fim—a felicidade—que não é outra cousa mais que a ordem combinada com a liberdade, mas a ordem predominando sempre, conselheira prudente e moderadora dos impetus d'aquella na mesma proporção em que a razão fria e pacata do homem esmentado está para a razão apaixonada d'um mancebo inexperi-

ando agora a fazer a applicação de todas estas reflexões ao nosso estado de cousas, qual será a posição que devemos occupar em relação aos verdadeiros interesses da Provincia? Não resta duvida, que se vamos promover o bem, devemos deixar de dar o nosso apoio aquelles que nos conhecem ser mais proveitosa a politica de uma esclarecida liberdade, isto é, da liberdade subordinada à ordem, da liberdade no sentido genuino da nossa constituição, unica digna dos esforços de um povo civilizado que se não deixa levar pelas illusões de brillantes quimeras irrealisaveis.

Assim pois não podemos deixar de prestar o nosso apoio ao Gabinete actual. Composto de homens que occupão uma posição eminente no Paiz, cheios de illustração e dignidade, esse Gabinete proclamou uma politica generosa e esclarecida. Escrevendo no seo programma estas memoraveis palavras—Justiça e Tolerancia—, revelou assaz ao Paiz as rectas intenções de que se acha possuido. Conhecidos pelo seo alferro a Constituição, entenderão-na, como nós a entendemos. Seo systema de governo consistiu sempre na subordinação da liberdade à ordem, elemento indispensavel de um systema governativo, como quer a Constituição, mas tudo isto sem prejuizo da jus-

tica que se deve aos adversarios, e por conseguinte com moderação e tolerancia, attributos mais proprios da ordem, do que da liberdade, quasi sempre excessiva e desorganizadora, quando ella não marcha perfeitamente combinada com aquella. Eis aqui pois a posição que vamos occupar em relação ao Gabinete actual, mas não se entenda, que por havermos tomado esta posição na politica do Paiz, estamos na rigorosa obrigação de não censurarmos nunca os erros da administração provincial, e fazer-lhe até opposição, quando ou tenha deixado de comprehender o pensamento do Gabinete, ou conscio dos actos que pratica dê mostras de querer trahir o mesmo Gabinete.

Perguntar-nos-hão agora, qual será também a nossa linha de procedimento para com o actual Presidente? Respondemos já e sem reboço. A politica de S. Exc. nesta Provincia não nos inspira por ora a menor confiança. O Sr. Penna parece não representar o pensamento do Gabinete, a quem sinceramente prestamos o nosso apoio. S. Exc. desde que chegou à esta Provincia em vez de dar uma direcção conveniente à politica, de conformidade com a marcha do Governo do paiz, apoiando-se no circulo numerozo dos antigos Saquaremas que existião na Provincia, e consiliando o apoio de um outro circulo ainda mais numerozo, que estava disposto a apoiá-lo, porque apoiava o Ministerio, ao contrario entregou-se decididamente aos conselhos de uma facção, que o tem illudido. S. Exc. immediatamente que daqui sahio o Sr. Coronel Isidoro Jansen Pereira quasi que fez na Provincia uma completa inversão, de sorte que foram chamados aquelles que não podem ter com o Gabinete actual uma alliança sincera, e à quem demais disso faltaõ influencia e prestigio, e perseguidos e sacrificados antigos Saquaremas, que por dever e gratidão deviao de ser apoiados, e despresada a alliança d'aquelles que, tendo uma real influencia na Provincia, estavaõ dispostos a empregar essa influencia em favor da politica do actual Ministerio, por confiarem nos Estadistas em cujas mãos se achão presentemente depositados os destinos da Nação.

Não, não nos era mais possivel que

nos conservassemos impassiveis e silenciosos á vista de um tal systema de reacções e perseguições que não podem merecer a approvação do Gabinete, nem era possivel que abandonassemos os nossos amigos, que os entregassemos ao furor dos agentes policiaes, como que acinctamente escolhidos e nomeados para lançarem o terror no meio de uma população pacifica e ordeira, unicamente porque assim o exigia a elevação do Sr. Jose Paço ou do Sr. Mariani.

Tal será a nossa conducta pelo que toca à presidencia da Provincia.

Se S. Exc. se dignar de prestar ouvidos aos nossos justos clamores encontrará sempre da nossa parte o mais franco e decidido apoio; mas também fique S. Exc. na certeza de que a se deixar d'ora em diante illudir, como tem sido até agora, não cessaremos de alçar a nossa voz em favor da nossa cara Provincia até que o Governo Imperial, em quem depositamos a mais ampla confiança, attenda aos nossos clamores, removendo d'aqui um Delegado que parece não cumprir o seo dever, ou estar disposto a atraiçoar os interesses, e a politica do Gabinete.

Teve lugar no dia 18 do corrente no recinto da Camara Municipal desta Capital um espectáculo bastante desagradavel, e a não ser a prudencia, com que se houve o respectivo Presidente, as cousas teriaõ chegado a um resultado assaz deploravel e funesto, não só para a Provincia, como talvez mesmo para o Paiz.

O caso foi tão grave e tão desmedida a audacia e insolencia dos provocadores, que faltariamos ao nosso dever, como jornalista, se o deixassemos de referir com as suas mais notaveis circumstancias, não só para conhecimento do publico, como especialmente para que pela exacta exposição, que promettemos fazer, possa o Governo Imperial apreciar devidamente o estado da nossa politica n'esta Provincia e o caracter dos individuos, que, proclamando-se incessantemente amigos da ordem, e sectarios da politica do Gabinete actual, desmentem logo por actos suas palavras promovendo scenas de tumulto e agitações, menoscabando as instituições do paiz e tirando-lhes o prestigio

necessário para se haverem com proveito no desempenho de suas legaes attribuições.

De-de muita que o grupo camarilheiro dirigido pelo Sr. Dezenbargador José Mariani, conheceu que lhe não era possível obter maioria na eleição, a que se vai proceder, em consequencia de não ter na Provincia a maior influencia, sendo antes ao contrario detestados os individuos, que o compõe, como homens desordeiros e agitadores, capazes de sublevar uma Provincia, se lhe não faltassem os meios, e por isso he que tambem desde muito empregão todos os seus esforços para formarem na Camara Municipal uma maioria artificial a fim de obterem pela trapaça o que não podem conseguir pela opinião publica e pelos meios legaes.

N'esta conformidade depois de haverem conquistado as affeições do Exm. Sr. Herculano Ferreira Penna, já com lisougeiras promessas de votos a sua candidatura da qual, ao que consta, parece que ainda não desistio S. Exc. apesar das positivas e terminantes recommendações do Gabinete, já com fingidos protestos de adhesão ao partido Squarema, com quem não podem aliar-se com sinceridade e a quem estão penhados a trahirem na primeira occasião que se lhes offerecer, não houve mais paradio ás exigencias tresloucadas que não cessarão de fazer a presidencia para lhes apianar o caminho a futura dominação da Provincia. S. Exc. deixou-se illudir... Desde então cada dia de vida da presidencia quasi que foi marcado por uma vergonhosa concessão arrancada á sua fraqueza. Esses inimigos da ordem e da paz publica porchebão, que lidavaõ com um Presidente fraco e timorato, e lhe impuzeraõ uma cega obediencia aos seus dictames e caprichos. A Provincia teve de passar por uma completa inversão. Não houve deslize, ainda o mais insignificante em que não fossem mudados os agentes policiaes e substituidos por homens desconhecidos e até criminosos com raras excepções. Não era o interesse publico mas as conveniências da Camarilha que dictavaõ essas mudanças. Squaremas e Liqueiros, tudo foi sacrificado ao furor desses energumenos... Ainda por maior mal havia partido para a Corte do Imperio o Sr. Coronel Jansen, que pela grande influencia que tem na Provincia e adhesão de que sempre ha dado provas a Monarchia não se pode deixar de reputar um grande elemento de ordem e paz na mesma Provincia. S. Exc. havia-lhe promettido não fazer alteraçãõ alguma notavel no tocante ao pessoal da administração provincial conservando seus amigos nas posições officiaes que occupavão e especialmente na Camara Municipal desde então considerada como ultima recurso da Camarilha. S. Exc. obteve, em honra do Sr. Coronel, uma lista das pessoas influentes do interior com quem tinha elle relações politicas, e quem o dirigia? essa lista serviu a S. Exc. não para aconselhar-las e chamar-las ao partido do Governo, mas para proscrive-las porque as-

sina o exigia a Camarilha e os interesses da eleição em que e candidato o Kam. Sr. Penna.

Se o maior empenho do Sr. Jansen na sua partida para a Corte era a conservacão no statu quo do pessoal da Camara Municipal, cuja alteraçãõ já tinha sido muitas vezes tentada pelos adversarios, foi tambem o primeiro acto de S. Exc. logo depois da ausencia do nosso amigo, o reconhecimento de um cidadão na qualidade de Vereador apesar de haver perdido esse lugar pela accetacão de um emprego de Fazenda como he expresso em diferentes Avisos e ordens do Governo. Esta hostilidade gratuita e injustificavel foi nada obstante soffrida com resignacão porque o Sr. Jansen ao partir para a Corte pediu aos seus amigos e compartidarios que não rompessem por modo algum com a administração da Provincia. Não contente a Camarilha com a adquisição injusta de mais um Vereador, porque ainda assim não pôde formar a desejada maioria para o bom exito de seus planos na apuracão final dos votos da eleição, tentou ainda arrancar a fraqueza de S. Exc. uma outra decisãõ igualmente injusta, o reconhecimento do Sr. José Raimundo de Azevedo Amorim tambem como Vereador depois de haver perdido este cargo por ter mudado seu domicilio para outro Municipio da Provincia!!! A injustica dessa decisãõ pareceo tão flagrante e clamorosa a S. Exc. que ao lavar-se a portaria para a Camara Municipal o admittir escapou n'ella um grito de consciencia declarando S. Exc. ao mesmo tempo a Camara que o admittisse *uma vez que não houvessem documentos que provassem a mudança de domicilio do Vereador Amorim.*

Chega do Rio o Sr. Jansen em cujo poder estavam esses documentos, apresenta-os a S. Exc., pede á vista delles uma nova decisãõ, e o Sr. Penna não teve coragem para da-la porque a Camarilha assim lh'o ordenou. Esses documentos estiverão nas mãos de S. Exc. para mais de oito dias. As cousas não podião assim continuar. Visto não ter S. Exc. a energia necessaria para tomar uma deliberação cumprira que a Camara decidisse por si mesma a questãõ, porque estava no seu direito, bem que desejasse que esse acto de justiça partisse da presidencia para que não parecesse dictado pelas exigencias da politica.

Para esse effeito reuniu-se a Camara sob a presidencia do Sr. Coronel Izidoro e aberta a sessãõ, submette este Sr. á consideracão da Municipalidade uma indacão pedindo a exclusão do Sr. Amorim. Esta questãõ occasionou graves debates na Camara, e deliberada a exclusão do Sr. Amorim pela maioria do voto de qualidade do respectivo Presidente, a Camarilha que na vespera já havia concertado este plano em seu club presidido pelo Dezenbargador José Mariani, e á que talvez não fosse extranho o Exm. Sr. Penna, entendeu que era chegada a occasião de provocar scenas desgradaveis, já resistindo a deliberação tomada legalmente pela Camara, já desacatando sua auctoridade, já enfim insultando os membros da maioria pelo voto que proferiram n'essa decisãõ. Para agente de todo esse drama foi especialmente escolhido o Secretario da mesma Camara, o Sr. Dr. José Jansen do Paço, que desde principio não só procurou amarelar a sessãõ envolvendo-se nas discussões, e assim infringindo com manifesto escandalo o Re-

gulamento das Camaras que lhe vedava esse direito, mas tambem levantando-se por varias vezes e proclamando elle mesmo que se não devia obedecer a decisãõ da Camara, embora tomada legalmente, e dirigindo não só a mesma Camara, mas á seu Presidente palavras insultuosas!!!

Nada mais havia do que isto. As vociferacões do tribuno Secretario não acalmão, e chio nos espectadores, e alguns de seus proprios correligionarios que tinham assistido a Camara até se envergonhãõ do seu cynismo, perfidia e audacia. Entretanto S. Exc. entendeu que só pelas vociferacões do Sr. Paço devia com tropa mandar invadir o recinto da Municipalidade. Foi o primeiro Presidente que assim tem procedido em Maranhão. Até hoje esta corporaçãõ tem sido respeitada pelos Presidentes e apesar mesmo de haverem já por muitas vezes occorrido n'ella scenas de maior agitaçãõ e tumulto, tem sempre até aqui esses Presidentes sabido manter a ordem, e o prestigio desta respeitavel corporaçãõ. Nesta occasião porém succedeo inteiramente o inverso. Invade-se com força armada o edificio da Municipalidade, cerca-se de baionetas a meza onde se achavão reunidos em sessãõ os Vereadores, manda-se carregar sobre o poço que ali havia concorrido sob a attitudie mais defensiva, entende-se que se deve por modo authorisar os insultos e a resistencia do Secretario a uma decisãõ legal da Camara, tira-se a força moral a esta corporaçãõ, e o exemplo de desacato as leis e instituições do Paiz como que parte da 1.ª authoridade da Provincia!!! Certo ninguém acreditará que S. Exc. se tivesse baixado a este ponto, mas appellamos para o testemunho dos numerosos espectadores que ali se achavão, que dirão se no que temos referido existe a menor alteraçãõ da verdade. Parece que S. Exc. antes-mão combinado para este despo por quanto pela intimidade que existe entre elle e a Camarilha já bastanteamente colhegida e assignalada na Provincia pelas suas tendencias revolucionarias, não podia S. Exc. ignorar o que se havia de passar na Camara. Já desde muito cedo havia concorrido para ali quasi todo o cortejo politico da Capital, o Sr. Dr. Chefe de Policia com os dois Subdelegados da Sé e Concórdia, inspectores de quartelão, o indefectivel sargento Rodrigo etc. Para que tudo isto? tanta vigilancia da parte da policia tão desmentida em outras occasões, assás revela que algum plano de maior alcance existia. Dizia-se que se tinha em vista provocar por insultos o Sr. Izidoro para por meio de um processo forjado ad hoc se inutilisar o seu voto. Entre tanto cumpria a auctoridade fazer tudo quanto estivesse de sua parte para evitar quaesquer excessos que podessem occorrer, e S. Exc. teria tudo conseguido resolvendo a questãõ Amorim como fosse de justiça, porque nem a maioria da Camara resistiria a esse acto da presidencia, nem teria occorrido a scena de maior escandalo que se ha visto na Capital no recinto de uma corporaçãõ respeitavel, e provocada por alguns membros delia e para maior escandalo por um seo empregado subordinado.

Diz-nos-lão agora se S. Exc. cumprio com o seo dever? se tem correspondido ao pensamento do Gabinete que deseja sinceramente congruar os partidos n'esta Provincia? Para que tanto apparato de força quando não houve motivos para se re-

cear pela alteração da ordem e tranquillidade publica?

A sessão da Camara era presidida pelo Sr. Coronel Izidoro, e desengane-se seus adversarios, este nosso amigo he talvez hoje no Maranhão o primeiro fiador da ordem e socego quer pelos seus habitos de paz e circumspecção, quer pela sua adhesão a Monarchia, quer pela numerosa familia a que pertence, e que por certo não quererá lançar a grande fortuna que possui no abismo de uma revolução. E de facto este nosso amigo procedeo com bastante prudencia e ao mesmo tempo com energia. Soube sempre manter illesas a dignidade e decisão da Camara. Não requisitou a força armada, porque a decisão da Camara ia sendo mantida, nem quiz valer-se podendo-o dos meios que lhe dava a categoria que occupava na Camara para mandar retirar dali o Secretario como perturbador da ordem, e depois de lavrado o termo de desobediencia e mais crimes praticados por esse energumeno, entregal-o ao poder judiciario a fim de ser processado como talvez lhe cumpria. Nada disso quiz fazer o Sr. Coronel, porque entendeu que tinha a energia necessaria para manter as decisões da Camara independentemente de seus meios. O emprego pois da força desnecessario tanto mais quanto com antecedencia a policia havia tirado os cacetes de que estavam munidos alguns dos espectadores. Houve portanto summa rudencia da parte de S. Exc., e no conto de alguns até mesmo connivencia com os amotinadores. Se a sessão tinha sido perturbada pelo Secretario, a força devia intervir não para dar mais alento à audacia do Secretario, mas para manter a ordem, e sustentar as deliberações da Camara, e S. Exc. não devia nunca mandar suspender os trabalhos desta, antes ao contrario para que a Camara continuasse a funcionar, porque de outro modo concorreria como concoree para tirar a força moral a esta corporação que he uma das mais bellas instituições do Paiz. S. Exc. porem já talvez não possa voltar a posição que lhe cumpre. Está dominado pela Camarilha, a presidencia já não tem vontade propria, quem governa he o Sr. Paço cheio de odios e respirando vingancas. Certamente o Gabinete Imperial não pode querer um tal estado de cousas. Entre-tanto não he impossivel que ainda um exorcio da parte de S. Exc. o salve... Ninguém melhor do que nós conhece as suas boas intenções. Mas S. Exc. parece que vai sendo arrastado por uma fatal necessidade. Será ainda S. Exc. candidato? tera feito compromissos misteriosos com a Camarilha? S. Exc. deve descançar no seu merecimento e appellar para a sua Provincia: uma deputação tão caramente comprada, rebaixa em vez de honrar o candidato. Ainda he tempo. As nossas disposições são as melhores. Estamos promptos a sacrificar no altar dos publicos interesses quaesquer ressentimentos que tenhamos. Decida S. Exc. como lhe cumpre o negocio do Sr. Amorim: a justiça está da parte da Camara que resolveu a exclusão desse cidadão. S. Exc. deve de governar a Provincia de maneira que a presidencia não seja um instrumento dos partidos. Quer-se arvorar a Camara Municipal em machina de eleição. A Camarilha despeitada e sem apoio na Provincia appella para as actas falsas e recua que existia na Camara uma maioria conscien-

ciosa que resista a um tal escandalo. Se a presidencia assim o quer, terá de haver uma eleição monstruosa, e uma eleição monstruosa não honrará a administração do Sr. Penna; nem he isto o que quer o Governo Imperial cuja dignidade está em remover toda a idea de fraude na eleição por isso mesmo que appellou para a Nação.

—Estava já composto o nosso artigo sobre as occurrencias da Camara Municipal quando chegou ao nosso conhecimento a noticia de haver S. Exc. decidido a questão—Amorim.—Entretanto submettemos desde já a consideração do publico illustrado e imparcial os seguintes documentos que dão muita luz a essa questão, e á vista delles não só a Provincia mas o Brasil todo julgará de que parte está a justiça, e se o Presidente do Maranhão, cujo officio resolvendo a favor do Sr. Amorim as duvidas suscitadas sobre a sua admissão na qualidade de Vereador, será analisado em o n. seguinte, procedeo com a dignidade que era de esperar de um Delegado do Governo Imperial.

PARTE OFFICIAL.

—Illm. e Exm. Snr.—Julgamos de nosso dever levar ao conhecimento de V. Exc., que esta Camara acaba de deliberar em sessão de hoje, que o cidadão José Rymundo de Azevedo Amorim não póde continuar a funcionar como Vereador, em vista dos documentos valiosos, que lhe foram presentes em sessão, e que juntos temos a honra de passar ás mãos de V. Exc.; os quaes demonstrão exuberantemente haver elle mudado o seu domicilio para a Parochia d'outro municipio da Provincia; sendo logo em seguida convidado a tomar assento o seu immediato em votos, como é de Lei.

Assim procedendo esta Camara tem a fortuna de persuadir-se que marcha de accordo com o pensamento do Governo Provincial, exarado no seu officio de 26 de Maio p. p. em resposta á consulta, que pela mesma lhe foi feita em data de 9 Maio deste anno sob n. 86 relativa á admissão do referido Amorim; visto como nesse officio estabelece, que a exclusão não podia ser deliberada, sem que se provasse a sua mudança de domicilio: o que ora se faz como passamos a mostrar.

O cidadão José Raimundo de Azevedo Amorim, residindo nesta Capital em 1845, obteve nas eleições municipaes alguns votos para ve-

reador, e como tal funcionou por vezes na qualidade de Supplente, em falta dos que lhe são superiores em votos. Em 1846 porem regressou para o seu antigo domicilio no Termo do Codó, onde sempre teve sua familia, e quasi todos os seus bens. Em virtude dessa mudança e longa auzencia desta cidade desde 1846 ate o corrente anno, deixou elle de ser neste municipio qualificado votante e jurado, como se ve dos documentos n. 1. 2 e 3, bem como não tem sido considerado parochiao de nenhuma das Freguezias desta Capital, durante todo este tempo, como he patente nos documentos n. 4 e 5; sendo de nctar a observação existente na Lista Geral dos jurados do anno de 1846, a que se refere a certidão n. 6, e a declaração do proprio Amorim, expressada no de n. 3.

A tudo isto acresce, que na Secretaria da Presidencia encontra-se hum documento ainda mais positivo, se he possivel, do que quantos ficão numerados, e vem a ser a Lista Geral dos votantes qualificados na freguezia do Codó, em a qual se acha o nome do cidadão de que se trata, José Rymundo de Azevedo Amorim; como V. Exc., segundo nos consta, já teve occasião de verificar.

Finalmente aproveitamos a oportunidade de appresentar mais a V. Exc. o documento sob n. 6.º, que na occasião da discussão foi fornecido á Camara pelo proprio Amorim, no qual o Juiz de Direito que foi da Comarca de Caxias, o Dr. Gregorio Ozorio de Tavares Maciel da Costa, attestou que o dito Amorim funcionou no Termo do Codó como Jurado, no anno de 1847, e que por conseguinte estabeleceu ali o seu domicilio.

Quanto a questão de direito, esta Camara descança na intima convicção, que ninguem negará a doutrina corrente, de que a mudança de domicilio importa a perda do lugar de Vereador para aquelle que a effectua; por quanto são assaz numerosas as decisões do Governo Imperial dadas neste sentido sob consulta do Conselho de Estado pelo que toca aos cargos de Eleitores de Parochia e Juizes de Paz, as quaes por identidade de razão tem inteira

applicação para o de Vereador; como foi sabidamente reconhecido por V. Exc. em o seu precitado Officio de 26 de Maio; e assim igualmente entendeu e decidiu o distincto juriscônsulto Moura Magalhães, quando Presidente desta Província, em caso identico, que suscitou-se na Camara Municipal da cidade de Caxias ácerce do Vereador Fernando de Mello Coutinho de Vilhena, que perdeu o lugar de Vereador pelo facto de ter estado nesta cidade um anno, como ha de constar da Secretaria da Presidencia.

Nem se pôde o referido Amorim apadrinhar com a allegação, que aliás precisa de confirmação, de já novamente estabelecer aqui o seu domicilio; porque sobre ser inadmissivel humo tal pretensão em vista da clara doutrina do Aviso n.º 36 de 8 de Março de 1847 § 2.º, a isso se oppõe de frente o Aviso de 13 de Dezembro de 1843, dispondo terminantemente, que o que huma vez mudou de domicilio, não recupera o direito perdido, ainda que ao depois regressasse para o antigo.

Em face de todas as razões expendidas esta Camara lisongea-se de haver tomado huma deliberação cordata e legal, em desempenho consciencioso das obrigações que sobre si peza.

O negocio porém he de tamanha ponderação, que tomamos a liberdade de respeitosamente lembrar á V. Exc. que se digne de fazê-lo chegar ao alto conhecimento do Governo Imperial, quando V. Exc. por ventura entenda, que foi menos acertada a presente deliberação desta Corporação.

Deos Guarde a V. Exc. Salla das Sessões da Camara Municipal da Capital do Maranhão 18 de Junho de 1849—Ilm. e Exm. Snr. Comendador Herculano Ferreira Penna, Presidente da Província.

Izidoro Jansen Pereira—Presidente.

Joaquim Marcolino de Lemos.

Joaquim Praxedes Jorge de Miranda.

Raimundo Gabriel Gomes de Farias Bangoin.

João Baptista Orsy.

— DOCUMENTOS. —

N.º 1.

— Ilm. Sr. — João Baptista Orsy preci-

sa, que V. S. lhe mande passar por certidão, desde quando o cidadão José Raimundo d'Azevedo Amorim tem deixado de ser qualificado Jurado, e o motivo porque, assim mais se o foi nesta ultima qualificação; por tanto—P. a V. S. Ilm. S. Juiz de Direito da 1.ª vara desta Capital se digne o mandar.

E. R. Mercê.

João Baptista Orsy.

— DESPACHO. —

P. em termos, Maranhão 30 de Maio de 1849.—*Guerra.*

— CERTIDÃO. —

— Certifico, em cumprimento do despacho supra, que revendo o Livro que serve para nelle se lançarem a Lista geral dos jurados do Termo desta cidade, e sorteios, delie consta que o supplorado José Raimundo de Azevedo Amorim não foi qualificado Jurado nos annos de 1848 e 1849 corrente, por ter mudado de residência, o que consta da observação feita á lista do anno de 1847 a fl. 43 do mesmo livro. O referido é verdade de que dou fé. Maranhão 30 de Maio de 1849 O Escrivão do Jury João Antonio da Silva Galhardo—Deu 150 reis.—Sello—N. 14 rs. 160—Pg. 160. Maranhão 11 de Junho de 1849—Silva—Braga—

— N.º 2. —

— Ilm. Sr.—João Baptista Orsy precisa para seu direito, que V. S. lhe mande passar por certidão, se o cidadão José Raimundo de Azevedo Amorim, tem sido qualificado votante nesta Freguezia; e quando não, qual o motivo, e desde quando portanto.—P. a V. S. Ilm. Sr. Juiz de Paz da 1.ª Freguesia da Victoria desta Capital, se digne mandar passar a certidão requerida.

E. R. Mercê.

— DESPACHO. —

P. do que constar não havendo inconveniente. Maranhão 30 de Maio de 1849.—*Castanheira.*

— CERTIDÃO. —

— João José Fernandes do Rego, Escrivão do Juiz de Paz do 1.º Districto e Freguesia de N. S. da Victoria, cabera do termo—Certifico eu Escriv o abaixo assignado que revendo o Livro de qualificações dos cidadãos que estão nas circumstancias de votarem nesta Freguesia, o qual teve principio no anno de 1847, qualificações de 1848, e 1849 em nenhum destes annos foi qualificado o cidadão José Raimundo d'Azevedo Amorim; é verdade o referido e ao mesmo Livro me reporto. Maranhão 31 de Maio de 1849.—O Escrivão João José Fernandes do Rego—Sello—N. 15—Rs. 160 Pg. 160. Maranhão 11 de Junho de 1849—Silva—Braga—

— N.º 3. —

— Ilm. Sr.—João Baptista Orsy, precisa por certidão, a bem de seu direito, a epocha desde que o cidadão José Raimundo de Azevedo Amorim, tem deixado de ser qualificado votante, e o motivo por que, pela Junta qualificadora, e revizora da Freguezia de N. S. da Conceição desta Cidade, portanto—P. a V. S. Ilm. Sr. Juiz de Paz do 3.º Districto desta mesma cidade se digne mandar que o Escrivão deste Juizo revendo as listas de qualificação desta Freguezia lhe passe a indicada certidão.

E. R. Mercê.

— DESPACHO. —

Passo do que constar. Maranhão 1 de Junho de 1849.—*Ferreira.*

— CERTIDÃO. —

— Em cumprimento da Petição e despacho retro: Certifico que revendo a lista dos qualificados de 1847, 1848, e do corrente anno, delles não consta que José Raimundo de Azevedo Amorim fosse qualificado por esta Freguezia. Declaro mais que elle me fez certo ter mudado sua residência para o interior. O referido é verdade que dou fé.—Maranhão 1 de Junho de 1849—O Escrivão Bernardo de Souza Roza—Sello.—N. 16 Rs. 160—Pg. 160 rs. Maranhão 11 de Junho de 1849—Silva—Braga.

— N.º 4 —

— Ilm. e Rm.º Sr.—O Coronel Izidoro Jansen Pereira precisa que V. S. ordene ao muito Reverendo Cura da Freguezia da Victoria para que lhe atteste ou certifique, se o cidadão José Raimundo de Azevedo Amorim é seu Parochiano, e desde quando —P. a V. S. Ilm. e Rv.º Sr. Governador do Bispado se digne assim differir.

E. R. Mercê.

Izidoro Jansen Pereira.

— DESPACHO. —

Sim. Maranhão 30 de Maio de 1849.—*Santos.*

— ATTESTAÇÃO. —

— Attesto, e faço certo, que o cidadão José Raimundo de Azevedo Amorim, residio nesta Freguezia de N. S. da Victoria da cidade do Maranhão the o anno de 1847, tempo em que, segundo me informão, mudou sua residência para o Codó no interior desta Província, onde tem o seu estabelecimento de lavoura, o que attesto em obediência do despacho ut supra. O referido é verdade ita in fide Parochi. Maranhão 2 de Junho de 1849.—O Vigario Domingos da Rocha Vianna, Cura da Cathedral.—Sello—N.º 7 Rs. 160—Pg. 160 rs. Maranhão 11 de Junho de 1849.—Silva—Braga—

— N.º 5. —

— Ilm. e Rm.º Sr.—O Coronel Izidoro Jansen Pereira precisa que o muito Reverendo Cônego encarregado da Freguezia de N. Sra. da Conceição, desta Cidade, lhe certifique ou atteste, se o cidadão José Raimundo de Azevedo Amorim é seu Parochiano, e desde quando; portanto—P. a V. S. Ilm. e Rm.º Sr. Governador do Bispado se sirva assim o mandar.

E. R. Mercê.

Izidoro Jansen Pereira.

— DESPACHO. —

Sim. Maranhão 30 de Maio de 1849.—*Santos.*

— ATTESTAÇÃO. —

— Em cumprimento do despacho supra, Attesto que o cidadão José Raimundo de Azevedo Amorim nunca foi, nem é meu Parochiano, e o que me consta é que sendo morador alguns annos nesta cidade mu-

don sua residencia para o Districto do Codó, onde tem seu estabelecimento de lavoura, tendo a pouco vindo a esta cidade para tratar de seus negocios. Assim o affirmo in fide Parochi. Maranhão 31 de Maio de 1849.—O Congro João Felipe de Azevedo encarregado da Freguezia.—Sello.—N.º 18.—Rs. 160.—Pg. 160 rs.—Maranhão 11 de Junho de 1849.—Silva.—Braga.—

—N.º 6.—

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa, moço fidalgo com exercicio, cavalleiro da Imperial ordem do Cruzeiro, Juiz de Direito da Commarca do Brejo &c.

Attesto e faço certo que, sendo eu Juiz de Direito da Commarca de Caxias, o Sr. José Raimundo de Azevedo Amorim chamado para servir de Juiz de Facto na 1.ª sessão ordinaria do Jury no termo do Codó no anno de 1847, allegou que tinha sido indevidamente qualificado visto ser morador n'esta capital, tendo conhecimento de ter sido incluído na lista somente no acto de ser notificado, e pediu com estes fundamentos a sua escusa, a qual não lhe concedi por não ter sido apresentada no tempo 'ogar prescriptos pela lei. Por me ser pedido passei a presente cujo conteúdo firmarei com o juramento do meu gráu se fór preciso.—Maranhão 15 de Maio de 1849.—Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.—Sello.—N.º 88.—Rs. 160.—Pg. 160. Maranhão 18 de Junho de 1849.—Silva.—Braga.—

PORTARIA.

—O Presidente da Provincia sendo neste momento occupado dos disturbios e excessos que se tem commettido na casa da Camara Municipal desta Capital, ordena que se suspenda immediatamente a sessão da mesma Camara, até que averiguados os factos se proceda na forma da Lei contra os culpados. O que communico aos Srs. Presidente e mais Vereadores da dita Camara para que o cumprão sob sua responsabilidade. Palacio do Governô do Maranhão em 18 de Junho de 1849.—Herculano Ferreira Penna.

—Ilm. e Exm. Sr.—Em additamento ao officio desta Camara datado de hoje, em que se communicou á V. Ex. a deliberação tomada sobre a exclusão de José Raimundo de Azevedo Amorim, e em resposta á Portaria de V. Ex. da mesma data relativamente aos disturbios, e excessos praticados durante a sessão temos a honra de expôr á V. Ex. o seguinte.

Deliberada a exclusão do sobredito José Raimundo de Azevedo Amorim, por maioria do voto de qual dade do Presidente desta Municipalidade, logo depois de haver tomado assento o Vereador João Baptista Orsy, chamado para suprir a vaga do referido Amorim, entraram tumultuosamente no recinto da sala das sessões os cidadãos Antonio Jansen do Paço e Dr. José da Silva Maia á convite extemporaneo e anarchico do Secretario da Camara José Jansen do Paço, que durante os trabalhos da mesma comportou-se d'uma maneira extremamente descomedida e desordeira, já levando o seu arrojo e audacia a ponto de não só ingerir-se repetidas vezes nas discussões apesar de ter sido chamado a orden pelo Presidente, mas tambem de desacatar a autoridade deste, dizendo-lhe que o não reconhecia como tal, já dirigindo-lhe e aos mais Membros da maioria desta

Corporação palavras indecentes e insultuosas no que foi acompanhado por alguns Vereadores do seu partido, já enfim proclamando aos do seu partido, que ali se achavam reunidos, e convidando-os a que viessem perturbar e anarchisar os trabalhos da Camara. A isto seguiu-se uma scena extremamente tumultuaria e desagradavel, por elles provocada, a que assistio o proprio Chefe de Policia, e os Subdelegados das Freguezias da Sé e Conceição, invadindo-se com força armada a Sala das Sessões a pretexto de se manter a ordem, sem que fosse requisitada pelo Presidente desta Corporação, e concorrendo assim para augmentar os disturbios occasionados pelo dito Secretario e seu irmão Antonio Jansen do Paço, que chegou a penetrar até á Meza das Sessões, com fins talvez sinistros; e quiz funcionar como Vereador não obstante a manifesta prohibição do art. 23 da Lei de 1.º de Outubro de 1828, pela qual é elle inhibido de servir conjunctamente com o Presidente, seu cunhado; de modo que, a não ser a grande prudencia e moderação com que se houverão o Presidente e mais membros da maioria desta Camara, certamente ter-se-hião seguido scenas mais tristes e lamentaveis.

Cumpre notar que nestes disturbios, alem dos individuos já mencionados distinguirão-se igualmente o Juiz de Direito da Commarca de Guimarães José Thomaz dos Santos e Almeida, o Estudante do Liceo Raimundo Martiniano Alves de Souza, já muito conhecido nesta Cidade por haver tomado parte em um desacato que se pretendeu fazer á uma familia respeitavel, e o Vereador Paulo Nunes Cascaes, que tambem se dirigio aos espectadores e concitou-os a que não considerassem a Camara como uma autoridade constituida, mas sim um lugar de palestra em que todos devião tomar parte.

Nestas circumstancias foi recebida uma ordem vocal de V. Ex. transmittida pelo Subdelegado Adriano Augusto Bruce Barradas, determinando, que a Camara suspendesse os seus trabalhos, ao que esta corporação promptamente obedeceu; sendo muito notavel que por esta occasião o mencionado Secretario Jansen do Paço se tivesse novamente dirigido aos espectadores, fazendo-lhes ver que, á vista d'essa ordem de V. Ex. havia seu partido conseguido uma victoria, compromettendo por esta forma a dignidade da presidencia.

Terminando a exposição dos factos occorridos, esta Camara julga conveniente ponderar, que alguns dos Vereadores e individuos, que concorrerão para este tumulto, são os mesmos que já por varias vezes se tem distinguido nesta Capital por iguaes actos de perturbação e anarchia, como fossem o arrombamento das portas do edificio desta Municipalidade em o anno de 1846, e as agitações e desordens, a que elles deraõ lugar no recinto da Assembléa Provincial em o anno seguinte, como consta d'uma das actas de suas sessões, e esta mesma Camara espera, que V. Ex. tomando em consideração o expendido se dignará de dar as necessarias providencias em ordem a que se não reproduzão taes escandalos, que muito contribuem para tirar a força moral e prestigio ás autoridades constituidas, que devem ser acatadas e garantidas no exercicio de suas attribuições, mandando proceder contra os motores destes factos. Deos Guarde a V. Ex. Sala das Sessões da Camara Municipal da Capital do Maranhão 18 de Junho de 1849.—Ilm. Sr. Comendador Herculano Ferreira Penna, Presidente desta Provincia.

Izidoro Jansen Pereira—Presidente.
Joaquim Marcelino de Lemos.
Joaquim Prazedes Jorge de Miranda.
Raimundo Gabriel Gomes de Faria Bangoin.
João Baptista Orsy.

NOTICIAS DA CORTE.

Hontem a huma hora da tarde entrou dos portos do Sul a Barca de Vapor—Imperador. Tivemos jornaes da Corte ate a data de 9 do corrente. Nada importante havia occorrido. O Ministerio continuava a gozar da confiança da Coroa. O Exm. Sr. Conselheiro d'Estado Honorio Hermeto Carneiro Leão foi nomeado Presidente da Provincia de Pernambuco. A alta posição deste illustre Brasileiro, seus talentos e adhesão as instituições do Paiz affiançam um optimo governo naquella Provincia. Os Pernambucanos devem honrar-se com a escolha de tão eminente Estadista para presidir aos seus destinos.

Quem se pode fiar nas palavras de um tal homem?

—S. Exc. o Sr. Penna fez no Estandarte de 24 do corrente uma declaração ao Publico acerca dos candidatos a Deputação Geral pelo Maranhão. O Exm. Sr. Penna diz que não pretende ser aqui candidato. . . Semelhante declaração porem feita na vespera da partida do vapor para a Corte não passa de um artificio para illudir o Governo Imperial. Os actos de S. Exc. desmentem as suas palavras. Em o n.º seguinte analysando essa declaração demonstraremos que não estamos illudidos quando asseverarmos que S. Exc. he candidato na eleição a que se vai proceder n'esta Provincia.

RECTIFICAÇÃO.

—Quando dissemos que os documentos sobre a questão Amorim estavam em poder do Sr. Coronel Izidoro, enganamo-nos. Esses documentos forão obtidos depois da sua chegada.

AVIZO.

LIVROS D'INSTRUÇÃO Á VENDA NESTA TYPOGRAPHIA.

Compendio de Historia Sagrada.
Catecismo pequeno de Montpellier.
Dito grande, com os Compendios d'Orthographia, Arithmetica e Geographia.
Grammatica da lingua materna por Antonio Maria Barker.
Manual Encyclopedico, por Emilio Achilles Monte Verde.
Aventuras de Telemaco.
Prosas Selectas.
Cartas do Padre Antonio Vieira.
Dicionario da Fabula.
Geographia Universal por A. Balbi.
Atlas de Geographia.
Belisario, por Marmontel.

Maranhão: Impresso na Typ. de J. A. G. de Magalhães. Anno de 1849.